

UM OLHAR SOBRE SUJEITOS ENTRE-LÍNGUAS E ENTRE-CULTURAS NA FRONTEIRA BRASIL/VENEZUELA

Introdução

Este artigo tem como objetivo apresentar um recorte de uma pesquisa¹ linguística realizada na fronteira Pacaraima-BR¹/ Santa Elena-VE que, dentre outros ambientes, compõe o cenário de diversidade linguística e cultural do estado de Roraima.

Sob a ótica de que o mundo transcultural em que vivemos hoje carece cada vez mais de questões sobre linguagem e identidade, sobretudo em contextos de fronteiras – defino fronteira não apenas como espaços geográficos, mas, sobretudo como produto da capacidade de representação do indivíduo. Neste sentido, as perguntas de pesquisa que norteiam este estudo são: (a) de que forma os brasileiros, alunos de uma escola estadual no município de Pacaraima-RR e residentes de Santa Elena – VE, se situam no contexto de mobilidade geográfica e linguística na fronteira Brasil/Venezuela? (b) como se dão as práticas linguísticas dos alunos brasileiros na fronteira enquanto resultado do contato linguístico e intercultural entre os venezuelanos e brasileiros?

Tal problemática ajuda a compreender como se constroem as identidades desses alunos entre-línguas e entre-culturas. À luz do aporte teórico/metodológico da Linguística Aplicada, os registros foram coletados através de diário de campo, atividade de grupo focal – GF (gravada em vídeo) e entrevistas individuais (gravadas em áudio). Os dados gerados para esta pesquisa foram analisados a partir de teorias de distintas áreas – Linguística Aplicada, Sociolinguística Interacional e Estudos Culturais, por assim citar. A análise feita propõe que o indivíduo está localizado em uma

1 PEREIRA, Ancelma Barbosa. Linguagem e construção identitária de alunos brasileiros em mobilidade geográfica e linguística no contexto da fronteira Brasil/Venezuela. 2102. Dissertação (Mestrado em Letras Neolatinas) – Universidade Federal de Roraima. Rio de Janeiro, 2012.

* – PG/UFRJ

escala ponderada pelo peso discursivo que oscila entre a atitude polarizada de avivar e neutralizar a fronteira, marcada por estratégias de proficiência linguística, de identificação nacional e pelo modo de situar-se localmente dos participantes envolvidos.

1. Alguns aspectos da Fronteira Pacaraima-BR/Santa Elena-VE

Pacaraima, exceto a sede, está inserida nas reservas indígenas de São Marcos e Raposa Serra do Sol, esta última recentemente demarcada em 2009, tendo uma área de 8.063,9 Km² (3,58% da área total de Roraima), sendo a maioria das terras de domínio indígena com participação de 98,81% em relação ao total do Município (SANTOS, 2010). O município possui uma população de 10.433 habitantes segundo informações do Censo de 2010 (IBGE²) e uma renda baseada no serviço público e na produção de alguns produtos agrícolas. No caso das comunidades indígenas, o potencial produtivo concentra-se na criação de gado bovino de corte e na agricultura baseada nos produtos básicos³. Além disso, Braz (2010) aponta que o comércio turístico é entendido pelos brasileiros que vivem na cidade como a atividade econômica de maior importância.

O município de Pacaraima localiza-se ao Norte do Estado de Roraima, a 215 km da capital Boa Vista, fazendo fronteira com cidade de Santa Elena-VE. Limita-se ao Sul com os municípios de Boa Vista e Amajari, ao Leste com Normandia e Uiramutã e ao Oeste com o município de Amajari.

Do outro lado da fronteira brasileira está Santa Elena, capital de Gran Sabana que é município do Estado de Bolívar. A cidade foi fundada em 16 de setembro de 1923 por Lucas Fernandez Peña, atraído pelo auge diamantífero do território⁴. Sua população está estimada em 29.795 habitantes (Censo de 2006) composta não só por venezuelanos, mas também por brasileiros, chineses, japoneses e outras nacionalidades hispano-americanas, além de etnias indígenas. A economia consiste na atividade do comércio, turismo ecológico e extração de minério.

Na fronteira, as cidades Pacaraima-BR e Santa Elena-VE são separadas por uma distância de aproximadamente 15km, na divisa entre os dois territórios os postos de controles dos respectivos países permitem o fluxo de pessoas das 6h às 22h. Embora exista uma relativa distância entre as duas cidades, a movimentação diária de um lado para o outro é bastante intensa devido a grande concentração de brasileiros e

2 Fonte: http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/webservice/frm_urb_rur.php?codigo=140045. Acesso em: 15 de maio de 2012.

3 Segundo informações da página eletrônica oficial do estado de Roraima.

4 Fonte: <http://www.lagransabana.com/santaelena.htm> Acesso em 13.07.2010.

venezuelanos que vivem em Pacaraima ou Santa Elena e atravessam a fronteira para trabalharem no país vizinho, sendo essa situação mais comum entre os brasileiros. Outras situações contribuem para essa relação entre as duas cidades: o trânsito livre de taxis venezuelanos em Pacaraima; a opção de uma parte significativa de brasileiros e venezuelanos residentes em Santa Elena em estudar nas escolas brasileiras; a presença constante de turistas na fronteira, principalmente dos boa-vistenses que atraídos pelos valores mais em conta das mercadorias venezuelanas e pela considerável diferença de preço do combustível aproveitam para fazer compras e abastecerem seus carros. Além disso, Santa Elena é rota para os turistas brasileiros que vão à região de Gran Sabana e Isla de Margarita.

Embora a convivência na fronteira pareça harmoniosa, há alguns discursos estigmatizados a respeito dos brasileiros e venezuelanos que foram construídos ao logo desse intenso contato entre os dois povos na zona fronteira. Esses discursos são diversificados e estão por todas as partes. Por exemplo, os venezuelanos se queixam que os brasileiros são “um povo abusado” no sentido de querer sempre reivindicar algo. No que diz respeito às mulheres, embora seja perceptível a união matrimonial de brasileiras com venezuelanos, há indícios de que em algumas situações sejam vistas como prostitutas, sobretudo se trajam roupas mais curtas, essa representação é construída principalmente devido ao grande número de brasileiras que emigram para a Venezuela para trabalhar em casa de shows ou prostíbulos, inclusive em Santa Elena.

Da parte dos brasileiros, não é raro ouvirmos, em Boa Vista e Pacaraima, críticas a possível falta de educação dos venezuelanos, principalmente no que diz respeito à passagem no posto de controle fiscal venezuelano e durante as compras no comércio em Santa Elena.

A relação consumidor/fornecedor existente respectivamente entre os brasileiros, sobretudo os boa-vistenses, e os venezuelanos é representada de forma diferente pelas partes envolvidas, pois de um lado os venezuelanos acham que estão fazendo um favor aos brasileiros por venderem seus produtos a preços mais em conta que os praticados em Boa Vista e, por outro lado, os brasileiros reclamam que são maltratados pelos venezuelanos apesar de estarem contribuindo com uma das principais fontes de arrecadação da cidade venezuelana que é o comércio.

Outro ponto que compõe este cenário é o contrabando de gasolina de Santa Elena para Boa Vista. Devido esta situação, atualmente é comum a fiscalização e cobrança na barreira venezuelana para que os carros brasileiros entrem no território vizinho com o tanque relativamente completo. Santa Elena possui dois postos de

combustível, mas os brasileiros apenas podem abastecer seus carros no posto internacional que se localiza logo após a Receita Federal, já em território venezuelano. Neste posto o combustível é vendido por um preço bastante inferior⁵ aos de Boa Vista e relativamente superior aos do segundo posto localizado após o centro da cidade de Santa Elena, onde, a princípio, somente os venezuelanos podem abastecer. Na tentativa de diminuir o contrabando de combustível, segundo informação do delegado da Polícia Federal Nelson Kneip⁶, criou-se um sistema de rodízio de placas para o abastecimento dos veículos, onde cada veículo pode abastecer duas vezes por semana, no caso de não coincidir a placa do carro de turista com a do dia estabelecido no rodízio, preenche-se uma ficha de autorização na Polícia Federal para a liberação do abastecimento. Ainda assim esse processo de abastecimento é demorado, podendo durar até quatro horas de espera, formando filas muito extensas.

Este cenário complexo de contato cultural, e conseqüentemente linguístico, mediado por interesses, sobretudo, econômico na fronteira Brasil/Venezuela, também influencia na análise das representações constituídas pelos participantes desta pesquisa a respeito das práticas de linguísticas e identitárias resultantes da interação entre os dois povos, já que o reconhecimento do diferente implica refletir sobre as representações que circulam em uma determinada comunidade a respeito das culturas e línguas que a contextualizam.

2. Uma perspectiva transdisciplinar

Este trabalho está embasado no pressuposto teórico/metodológico da Linguística Aplicada (LA) por entender que esta perspectiva trata a linguagem numa abordagem interdisciplinar e transdisciplinar agregando outros conhecimentos quando necessário para explicar um determinado fenômeno que apareça na pesquisa.

A LA estuda a linguagem em seu contexto real, pois entende que uma teoria que compreende o social como questão secundária jamais terá êxito num campo de prática que seja, antes de qualquer outra coisa, social. Além disso, parto do pressuposto, na companhia de Rajagopalan (2006), de que não se pode descrever a língua e seu uso fora do contexto, isto é, da sociedade na qual ela é utilizada. Neste sentido, a LA tem como grande desafio compreender o processo da vida social explorando a

5 A gasolina, por exemplo, é vendida atualmente aos brasileiros por R\$ 0,55/litro.

6 Em uma notícia jornalística, sobre o contrabando de gasolina venezuelana em Roraima, publicada no dia 29 de fevereiro de 2012, em <http://www.portalamazonia.com.br/editora/cidades/cresce-contrabando-de-gasolina-venezuelana-em-roraima>. Acesso em 31 de maio de 2012.

relação entre teoria e prática, sem separá-las, ou seja, parte de um problema prático de uso da linguagem, busca teorias e retorna à prática.

Seguindo os pressupostos da LA, faço uma distinção entre a coleta dos registros e os dados da pesquisa, pois nem tudo o que é coletado em campo necessariamente será usado para a análise. Portanto, os registros passam por uma sistematização que resulta na seleção dos dados para a pesquisa. Devido à complexidade do contexto deste trabalho, optei por três procedimentos de coleta de registros, a saber: diário de campo – DC, atividade de grupo focal – GF (gravada em vídeo) e entrevistas individuais semiestruturadas –EI (gravadas em áudio).

A coleta de registros foi realizada em dois momentos: o primeiro ocorreu na escola em Pacaraima-BR onde desenvolvi o GF com os participantes da pesquisa, no mês de julho de 2010⁷. A atividade consistiu numa discussão, a partir da leitura do texto jornalístico⁸ “Venezuela quer melhor tratamento a brasileiros” e algumas perguntas relacionadas ao texto, na qual os participantes relataram alguns depoimentos da vivência no contexto de mobilidade geográfica ao qual estão inseridos. No segundo momento, foram realizadas entrevistas semiestruturadas individuais com os participantes nas suas respectivas residências em Santa Elena no mês de julho de 2011. No total, foram realizadas de 06 visitas à fronteira, 03 no primeiro momento e 03 no segundo.

2.1 Os sujeitos da pesquisa e a mobilidade geográfica

No mês de julho de 2010 realizei a atividade de Grupo Focal com 05 participantes dos quais 04 se dispuseram a fazer a entrevista individual em julho de 2011. Todos os participantes eram alunos brasileiros com no mínimo três anos de residência no município de Santa Elena, estudantes da 1º e 2º série do ensino médio em uma escola de Pacaraima e filhos de pais brasileiros ou pelo menos pai ou mãe brasileira. Na condição de moradores de Santa Elena e estudantes de Pacaraima, todos os participantes atravessam a fronteira no geral 05 vezes por semana, de segunda-feira a sexta-feira, por volta das 7h às 12h30, e esporadicamente no horário da tarde quando precisam fazer algum trabalho ou atividade escolar. Os participantes receberam no-

7 Diário de pesquisa: Essa coleta aconteceu após cursar o primeiro semestre de disciplinas do programa, em Boa Vista-RR, sob orientação da minha co-orientadora, pois por ser este um mestrado interinstitucional – MINTER, as últimas disciplinas do semestre seguinte tiveram de ser cursadas no Rio de Janeiro, momento em que aproveitei para compartilhar pessoalmente a coleta de registro com o meu orientador. O segundo momento da coleta foi efetuado após cursar as últimas disciplinas do programa.

8 Publicado na “Folha de Boa Vista”, um dos jornais de maior comunicação do Estado de Roraima, em 27 de maio de 2010.

mes fictícios para manutenção do seu anonimato e melhor compreensão da análise. Na tabela a seguir apresento outras informações a respeito dos mesmos.

Identificação	Sexo	Idade	Tempo de residência em Santa Elena	Nacionalidade dos participantes	Nacionalidade dos responsáveis.	Lugar de origem	Motivo da imigração da família
Júlia	F	16	03 anos	Brasileira	Pai brasileiro e madrasta venezuelana	Boa Vista-RR	Trabalhar no garimpo venezuelano
Fernando	M	15	03 anos	Brasileiro	Pais brasileiros	Boa Vista-RR	Trabalhar como autônomo
Daniel	M	17	15 anos	Brasileiro	Padrasto venezuelano e mãe brasileira	Manaus-AM	Não sabe informar
Camila	F	16	05 anos	Brasileira	Pais brasileiros	Boa Vista-RR	Trabalhar no garimpo venezuelano
Sara	F	16	05 anos	Brasileira e venezuelana	Pai brasileiro e mãe venezuelana	Alto Alegre-RR	Trabalhar no garimpo venezuelano

3. Representações do indivíduo na (da) fronteira

O uso do espanhol ou português pelos participantes da pesquisa é determinado pela situação em que se encontram, pelos seus interlocutores, pelos temas discutidos nas interações verbais, com já era previsto, mas, principalmente, no caso do uso da

língua espanhola, pela postura de cada participante em se sentir pertencente ou deixar-se pertencer ao espaço considerado “país alheio”, mas onde, “já tem um pouco de direito” conforme relatam duas participantes na atividade de GF referindo-se ao lugar onde residem, à Santa Elena-VE. É claro que essa postura advém de vários fatores, como: o propósito da emigração desses indivíduos ocasionado, principalmente, pela oportunidade de trabalhos nos garimpos da Venezuela ou nos comércios de Santa Elena, logo, a busca por melhores condições de vida; a forma como esse sujeito imigrante imagina o olhar do outro, o venezuelano, sobre ele e, conseqüentemente, os conflitos interculturais marcados por esses fatores. Todas essas questões estabelecem uma rede de interseções que definem as práticas linguísticas desses sujeitos ao longo da sua trajetória.

Além disso, é importante ressaltar alguns pontos observados durante a coleta de registros que me ajudaram a compreender as práticas e representações linguísticas dos participantes quanto ao uso e função das línguas em questão. No primeiro momento, na atividade de GF realizada na escola em Pacaraima, todos os participantes, talvez motivados pela leitura de um texto que abordava o desentendimento entre os turistas brasileiros e os guardas venezuelanos na alfândega venezuelana, se detiveram em apontar os conflitos socioculturais entre os povos dos dois municípios, marcados, principalmente, pela cobrança de propina dos guardas aos brasileiros, pela exigência dos venezuelanos para que os brasileiros falem em espanhol, pela relação comercial entre consumidor (brasileiros) e fornecedor (venezuelano) resultado, principalmente, do comércio em Santa Elena, e pela necessidade de ignorar a compreensão linguística entre ambos, quando lhes era conveniente. Todos esses conflitos foram apontados pelos participantes na intenção de marcar a diferença entre ser brasileiro e ser venezuelano, demonstrando certa rejeição à cultura vizinha e tentando manter sempre um discurso de autoafirmação da identidade brasileira. Num segundo momento da coleta, as entrevistas individuais realizadas nas residências dos participantes proporcionaram-me a oportunidade de conhecer melhor as suas respectivas famílias, de observar como acontecia a interação entre eles e, principalmente, de aproximar-me um pouco mais dos sujeitos da pesquisa.

Como veremos a seguir, essa aproximação forneceu-me registros que em alguns momentos reiteravam e, em outros, anulavam a postura dos participantes na atividade de GF citada acima, principalmente quando se tratava de Daniel. Por exemplo, no caso da segunda opção, em lugar de negação, distanciamento do outro e da língua do outro, o estrangeiro; apareceu a afirmação, a aproximação, o nós.

Essas observações mostram como os participantes se constituíram e se reconstituíram enquanto sujeito da pesquisa de acordo com o ambiente e a situação aos quais estavam expostos, assim como os interesses envolvidos. Por exemplo, pude perceber que a escola de alguma forma homogeneizou os sujeitos da pesquisa. As informações fornecidas pela ficha cadastral escolar e pelos próprios participantes num primeiro momento, durante observações e conversas nos corredores da escola, foram suficientes para conhecê-los como o sujeito aluno: brasileiro, estudante de Pacaraima, residente em Santa Elena, etc., assim como, talvez, o local e o conteúdo do texto selecionado para realização do GF fizeram com que os alunos se sentissem partidários do mesmo discurso. Mas, apesar de ter traçado um perfil para a escolha dos participantes, me deparei nas entrevistas individuais, como já mencionei, com a relatividade de algumas informações adquiridas na escola e na atividade do GF, que não poderia contemplá-las na minha análise sem considerar os participantes como sujeitos singulares que apenas se deixaram revelar no segundo ambiente da coleta de registro, ou seja, nas suas respectivas residências em Santa Elena.

Como já afirmei anteriormente a escolha de determinada língua para as interações verbais depende, entre outras coisas, da forma como os participantes se sentem nessa mobilidade geográfica e linguística. Considerar meus sujeitos de pesquisa nesse espaço deslocado implicou a emblemática tentativa de definir fronteira não só da perspectiva espacial, mas também como produto da capacidade de representação do indivíduo. Na concepção de Hanciau (2010), as fronteiras não só compreendem amplos domínios, mas também se mostram “tanto reais como imaginárias, intransponíveis e escamoteáveis” (id., p.133) o que as tornam mais complexas na tentativa de assimilá-las. Nesse “entre-dois-mundos”, emprestando o termo usado por Hanciau (id.), espaço atribuído pela mobilidade territorial e linguística vivenciada pelos participantes da pesquisa, surgem novos discursos, novas práticas linguísticas, diferentes sujeitos constituídos por processos culturais gerados a partir da interação entre os dois povos na fronteira. Para compreender melhor as singularidades desencadeadas nesse espaço, relembro a metáfora da viagem proposta por Clifford (1999) para sugerir as práticas de deslocamentos como elementos constituintes de significados, ou seja, para o autor a imagem de localização constitui-se a partir do ajuste entre o deslocamento e a permanência.

Neste sentido, tentar compreender as nuances dos participantes neste contexto de pesquisa implica considerá-los como um sujeito composto por uma identidade flutuante, fragmentada, mutante, móvel, conforme Bauman (2005), Hall (2006) e Silva (2000; 2006), definida através das negociações que ocorrem nas interações sociais

a partir da convivência, algumas vezes conflituosas, entre brasileiros e venezuelanos. A ideia de que o indivíduo tenha uma identidade fragmentada não significa que ele não tenha identidade, ou mesmo que não se possa dar credibilidade à identidade do sujeito, mas sim que ele tem uma identidade para coisas diferentes em diferentes momentos, ou seja: os participantes improvisam realizações a partir de determinados contextos, recorrendo a representações que constroem das línguas e nacionalidades envolvidas, assim como de outros símbolos, por assim citar, o vestuário venezuelano, o horário de funcionamento dos estabelecimentos públicos em Santa Elena, o sistema de ensino escolar e etc. No fragmento a seguir, podemos ver como essa mobilidade é entendida por Sara ao relatar como se sentia na dinâmica de residir em Santa Elena e estudar em Pacaraima:

(...) é bem cansativo, mas ao mesmo tempo é legal porque você... porque... por exemplo muitas vez a gente já brincou a maioria das vezes a gente tá no mesmo lugar ao mesmo tempo (sic) aí a gente fica com esse negócio assim mas... as vezes a gente confunde porque, tem hora que a gente tá aqui a gente começa a falar em espanhol, tem hora que a gente tá lá e enrola o espanhol com o português, aí a gente as vezes até na escrita na escola se confunde também por exemplo esse negócio de tá aqui tá lá, tá aqui tá lá, mas como já acostuma as vezes só cansa (...)

É curioso pontuar que as perguntas formuladas aos participantes na entrevista individual não apontavam um aspecto específico dessa mobilidade, deixando espaço para questões de cunho linguístico ou extralinguístico. Reitero que tomei essa decisão levando em consideração a experiência do primeiro momento da coleta de registros, onde havia percebido, como citei antes, que o texto para atividade do GF de alguma forma influenciou na postura dos participantes que se detiveram mais em apontar os conflitos socioculturais entre os brasileiros e venezuelanos, deixando as questões linguísticas num plano secundário, embora nesta pesquisa um aspecto esteja intimamente associada ao outro. No caso do fragmento acima, podemos perceber que Sara centralizou sua resposta na marca linguística ao relatar o comportamento de alternância de código (code-switching) na escrita e no nível fonológico. Entretanto, a participante não parece dar muita importância ou mesmo parece vê essa alternância como um fator negativo dessa situação de mobilidade. Claro que essa questão, da alternância de código, não está precisamente determinada pela mobilidade geográfica, pois esse é um fenômeno frequente em situações de bilinguismo, sobretudo quando as línguas envolvidas são historicamente e estruturalmente parecidas, como é o caso das línguas aqui em foco. O deslocamento “tá aqui tá lá” narrado pela participante é visto enquanto desconforto apenas pelo esgotamento que a participante sente ao ter que se deslocar de um ambiente para o outro, ou seja, “*como já acostuma... as vezes*

só cansa”, tendo em conta a distância de 15 km entre as duas cidades e o fato desse deslocamento acontecer, na maioria das vezes para os participantes, com a finalidade de frequentarem a escola e, conseqüentemente, dependerem do ônibus escolar que circula toda a cidade de Santa Elena antes do seu trajeto final.

Júlia, que possui residência nos dois territórios, vê com bastante naturalidade a situação de mobilidade geográfica e linguística. Assim como no relato anterior a participante também coloca em pauta o fenômeno da alternância de código, como podemos ver no fragmento a seguir:

(...) assim quando eu acho que lá tá meio parado eu venho pra cá, só que as vezes a gente se complica acostumado a falar diariamente assim o espanhol quando a gente vem prá cá varias coisas a gente fala em espanhol por exemplo quando eu vou no supermercado alguma coisa eu penso primeiro em espanhol do que em português as vezes a gente se enrola, uma vez eu cheguei lá em Boa Vista e fui comprar pão eu falei eu quero cinco mil bolívares de pão o homem olhou pra mim (a participante riu) “não eu quero cinco reais”... “ah tá” (disse o homem), às vezes a gente se enrola com isso mas eu acho bom [a mobilidade] (...)

As expressões “às vezes a gente se enrola com isso, mas eu acho bom” no fragmento acima e “as vezes só cansa” no fragmento anterior apontam uma atitude das participantes de neutralidade em relação não só à alternância de código, mas também à própria fronteira enquanto espaço físico.

Considerando as colocações de Pasavento (2001), sugiro esse espaço neutralizado como um lugar de “ir-e-vir” que possibilita o surgimento de algo novo, de um terceiro lugar, onde as trocas linguísticas e socioculturais podem resultar tanto em processos conflituosos como consensuais. Esse caráter bifronte vem sendo detalhado, através de aspectos linguísticos e extralinguísticos, e se manterá ao longo desta discussão. Portanto, essa postura de neutralidade quanto à mobilidade geográfica apresentada acima pode converte-se em outro momento numa forma acentuada de marcar a diferença. Um exemplo bastante elucidativo desta situação ocorreu em uma das interações verbais durante o GF, que tratava dos desentendimentos entre brasileiros e agentes venezuelanos na alfândega, onde Camila expõe o não pertencimento ao “país alheio” como um elemento complicador no julgamento da cobrança de propina a brasileiros:

Só que aí tem que ver que a gente está no país alheio... A gente critica, claro tudo bem, a gente vê que isso está errado, mas a gente está no país alheio (...)

Na concepção da participante, o lugar onde o brasileiro reside é o lugar do outro, onde não se tem o direito a reivindicações. Contrariamente, Júlia reivindica o

direito que o pai brasileiro tem ao território venezuelano devido ao fato de viver ali há muito tempo e ter filhos venezuelanos:

Mas tem que ver também (inint.) por exemplo o meu pai tem vinte anos de Venezuela, aí né, ele já tem a identidade como residente daí, E tem um filho venezuelano ou seja ele já tem um pouco de direito na Venezuela (...)

Da mesma forma Daniel afirma:

É a mesma coisa da minha mãe também, minha mãe já tem vinte e poucos anos morando aí, ela tem dois filhos venezuelanos, a maioria dos meus irmãos mais velhos são todos nacionalizados venezuelanos (...)

Dessa relação, podemos entender que há uma tendência dos participantes em acentuar os traços, através do modo de situar-se localmente, que marcam a existência da fronteira estabelecendo a diferença entre os venezuelanos e os brasileiros através do (não) pertencimento ao chamado “país alheio”, mas, ao mesmo tempo, há um posicionamento de cancelamento dessa fronteira que se caracteriza pela postura de reivindicação do território considerado “alheio”.

Couto (2009) caracteriza as situações de fronteiras como um quarto tipo de contato linguístico. Porém classifica as fronteiras em dois tipos: o caso onde há acidente geográfico, possibilitando uma situação na qual os falantes de uma respectiva comunidade podem falar sua mesma língua quando se deslocam para a comunidade vizinha; e a fronteira inexistente de acidente geográfico na qual haveria uma espécie de convergência linguística intitulada pelo autor como portunhol. Como exemplo desta última situação Couto (id.) citou o caso da fronteira Chuí/Chuy afirmando que nessa comunidade usa-se o espanhol como língua dominante, o português como língua secundária e uma terceira alternativa, intitulada por ele como portunhol. Ao que tudo indica, embora o autor deixe restrições, o segundo tipo de fronteira, dentro da abordagem ecolinguística, não se qualifica no quarto tipo de contato linguístico uma vez que o autor considera que nesses casos há apenas um território, composto por um povo – o da fronteira, brasileiros e uruguaios – e uma comunidade de fala. Essa proposta parece ser bastante compreensível, principalmente no que concerne a noção de território, se consideramos o exemplo da fronteira Chuí/Chuy, embora não fique claro se o autor considera a fronteira como um único território em todos os casos onde há inexistência de acidente geográfico ou apenas no caso Chuí/Chuy.

Quanto à fronteira de Pacaraima/Santa Elena, inexistente de acidente geográfico, pode ser caracterizada pela presença do português, do espanhol e da mescla linguística entre estas duas línguas, nomeado pelos participantes da pesquisa como portunhol. Embora o contato entre os falantes de ambos os territórios esteja esta-

belecido, num contexto geral, principalmente pelas interações através do comércio, há uma diferença entre a postura dos comerciantes brasileiros e dos venezuelanos quanto à aceitação da língua do vizinho nas negociações comerciais. Por exemplo, Braz (2010) ao referir-se sobre as línguas usadas no comércio de Pacaraima afirma que o turista venezuelano motiva o comerciante brasileiro a tentar usar o espanhol para se comunicar, embora o conhecimento da língua seja, segundo a autora, “absolutamente contextualizado, que satisfaz uma necessidade prática e imediata, puramente comercial” (id., p. 89). O mesmo parece não acontecer com o venezuelano que possui uma resistência maior em tentar comunicar-se na língua do brasileiro. Porém, essa atitude não impede que ambos falantes se comuniquem em suas respectivas línguas quando estão em território vizinho. No fragmento a seguir, Júlia, ao afirmar que prefere o uso da língua portuguesa para se comunicar nos respectivos territórios, relata a insistência dos venezuelanos para que os brasileiros falem em espanhol quando estão em Santa Elena:

(...) eu não sou muito assim de falar o espanhol eu falo quando realmente é necessário, até porque eles entendem meio o português, agora quando vem uma pessoa de fora (um venezuelano de outra cidade) pedir uma informação que realmente não conhece Santa Elena a gente tem que falar né, mas eu falo mais o português mesmo eu vou nos lugares e ele brigam comigo “ah você tem que falar o espanhol” “não eu sou brasileiro e vou falar o português e vocês tem o direito (dever) de entender porque aqui é a fronteira e é as duas línguas eu entendo o espanhol vocês tem que entender também o português.

Embora Júlia domine a língua espanhola, como vimos no fragmento anterior ao relatar que realiza algumas alternâncias linguísticas do espanhol para o português quando está em território brasileiro por falar diariamente o espanhol em Santa Elena, a insistência da participante em usar a língua portuguesa em território venezuelano para marcar a sua brasilidade e a desaprovação à exigência que os venezuelanos fazem para que os brasileiros falem em espanhol são atitudes que advêm dos fatores extralinguísticos citados anteriormente, principalmente no que diz respeito ao primeiro fator, o propósito de imigração. No caso da participante, essa postura está estritamente ligada à relação conflituosa que seu pai possui com alguns venezuelanos devido à atividade profissional que exerce que consiste na extração de minério nos garimpos venezuelanos. Uma consequência dessa relação, como pude constatar nas anotações de campo, foi a decisão do pai em residir em Pacaraima, embora as filhas permaneçam vivendo em Santa Elena. Dessa forma, a participante manifesta um descontentamento à cultura venezuelana, atribuído por ela aos maus tratos que os brasileiros imigrantes sofrem no território venezuelano, como podemos ver na sua narrativa a seguir quando relata sobre a experiência de morar em Santa Elena:

(...) mas tem a questão ruim também por causa da humilhação porque brasileiro mora aí o pessoal quer... ontem a gente saiu no carro né os carro da gente é venezuelano meu pai tava dirigindo aí passou um brasileiro no carro e xingou o meu pai porque tava no carro aí meu pai disse “o que você tá pensando que eu sou venezuelano eu sou brasileiro só porque eu tenho um caro venezuelano pensa que sou venezuelano, queria arrumar confusão eles implicam muito com a questão dos brasileiros.

Embora a participante afirme que os brasileiros são humilhados, o episódio narrado acima apresenta exatamente o inverso, ou seja, essa relação de rechaço muitas vezes é recíproca entre as duas culturas. É curiosa a preocupação do pai da participante em defender, naquela circunstância, a sua nacionalidade brasileira apesar de em outros momentos ter seus direitos reivindicados pela filha ao território venezuelano devido ao fato de viver ali há muito tempo e ter filhos venezuelanos. Neste sentido, existe uma relação entre a identidade do sujeito e as coisas que ele usa e possui, portanto, os símbolos carro, filhos, residência e território são significantes importantes para a constituição do processo de significação de ser venezuelano. De alguma forma, as diferentes representações do termo “identidade como residente daí”, ou seja, ter identidade como residente da Venezuela, o aproxima da cultura venezuelana e o permite ter direitos no país vizinho, como residência fixa e carro, mas, por outro lado, também o deixa bastante confortável para ser apenas um residente imigrante que insiste em defender sua brasilidade.

A análise da situação dos participantes enquanto indivíduos bilíngues se encaminha, à luz da concepção teórica, principalmente, de Mello (1999), *Savedra (2009)* e *Salgado (2009)*, numa perspectiva que contempla a inter-relação entre língua, indivíduo e sociedade, levando em consideração a situação em que os participantes da pesquisa atuam como sujeitos bilíngues. Neste sentido, não há como falar de indivíduo bilíngue sem falar de bilinguismo na sociedade, já que todo indivíduo é um ser social, que influencia e é influenciável por um grupo, por isso a relação entre o bilinguismo na sociedade e o indivíduo, principalmente tendo em conta este contexto, é extremamente necessária para que eu possa considerar os motivos que encaminham os participantes deste estudo ao uso de uma determinada língua.

O uso da língua portuguesa é predominante para todos os participantes nos dois municípios, quanto à língua espanhola, como já afirmado nos parágrafos acima, a maior ou menor frequência de uso está condicionada ao sentimento que cada participante tem de pertencimento ao território venezuelano, resultado de uma série de fatores já relatados, mas que retomarei quando necessário. Daniel e Sara, apesar de afirmarem que quase sempre usam o português nas suas atividades rotineiras, narram alguns episódios que revelam também uma relação mais familiar com a lín-

gua espanhola, motivados por um envolvimento maior com os venezuelanos e sua cultura.

Por exemplo, Daniel vive há quatorze anos em Santa Elena e manifesta bastante contentamento com o fato, possui uma família bastante numerosa, composta por brasileiros e venezuelanos que vivem em casas vizinhas senão no mesmo terreno, o cunhado venezuelano tem uma oficina mecânica ao lado da própria residência onde há um grande fluxo de clientes venezuelanos, hispano-falantes e brasileiros. Embora seja comum o uso das duas línguas entre os familiares nesses ambientes, segundo o participante, o uso da língua portuguesa é predominante:

(...) aqui em casa é muito difícil falar espanhol também porque todo mundo entende o português e o espanhol, meu cunhado entende bem o português só não fala bem mas entende (...)
(...) é muito difícil falar o espanhol a gente fala mais é o português.

A entrevista com esse participante foi realizada na oficina mecânica do cunhado venezuelano, uma nota interessante do diário de campo é que, antes de começar a entrevista, ora o participante falava com o sobrinho em espanhol ora conversava comigo ou com uma de suas irmãs em português e durante a entrevista fomos interrompidos pelo cunhado venezuelano, dono da oficina, que interrogava Daniel em espanhol sobre o que fizera na noite anterior, após essa pequena pausa para a conversa dos dois em espanhol retornamos nossa entrevista em português. Em casa, o participante fala espanhol com os dois cunhados venezuelanos e português com as irmãs; no trabalho, numa serralheria, onde a maioria dos companheiros de trabalho é brasileira, interage em português, mas quando precisa conversar com algum cliente venezuelano o faz em espanhol. Esses dados me levam a crer que a escolha do participante por uma das línguas está condicionada ao local e aos interlocutores envolvidos nas interações do seu cotidiano. A alternância dessas duas línguas é determinada pelo que Fishman e Romaine (1986; 1995 apud MELLO, 1999) chamam de domínios sociais, ou seja, uma situação particular na qual ocorre uma determinada interação, essa noção permite localizar o falante bilíngue em um contínuo situacional no qual ele alterna os seus modos de fala.

O comportamento linguístico dos participantes também deve ser analisado levando em consideração as funções externas que uma determinada língua exerce, conforme apresenta Mackey (1972 apud MELLO, 2006). Nos dados gerados para este trabalho essa função caracteriza-se por dois ambientes, a escola e o comércio.

No ambiente escolar a função externa da língua é marcada pelos conflitos interculturais entre os alunos brasileiros residentes em Pacaraima e venezuelanos ou

brasileiros, usuários da língua espanhola, residentes em de Santa Elena, conforme relata Daniel:

(...) até o ano retrasado quando eu estudava de manhã era muita briga por causa que “ah que os venezuelanos não sei o que e tal”... entendeu todo tempo eles falavam isso (os brasileiros falavam mal dos venezuelanos), muitos não gostavam por a gente porque muitas vezes a gente se juntava o pessoal daqui de Santa Elena como todo mundo se conhece muitas vezes a gente ficava conversando em espanhol, aí o pessoal se sentia assim... aí muitos não gostavam.

Embora o local de interação, o ambiente brasileiro, e a pressão de uma parte dos alunos conduzam o comportamento linguístico escolar para o uso da língua portuguesa, Sara, durante a entrevista, afirma usar a língua espanhola na comunicação com amigos na escola, quando estes são de nacionalidade venezuelana, para desenvolver atividades muito particulares como cantar, dizer palavrões, fazer brincadeiras ou falar sobre outros companheiros, apesar de relatar que na maioria das situações do seu cotidiano, seja em Santa Elena seja em Pacaraima, predomina o uso da língua portuguesa:

(...) a gente só fala espanhol com amigo venezuelano que não entende o português (...)

Essa postura também é compartilhada por Daniel que, em ambiente escolar, apesar de falar português na maior parte das vezes, usa a língua espanhola com os amigos brasileiros que assim como ele residem em Santa Elena e usam as duas línguas na comunicação:

(...) lá muitas vezes a gente fala o espanhol também aí porque a maioria dos meninos que estudam lá (em Pacaraima) são daqui aí quase todos falam espanhol (...)

Porém, para se comunicar com os amigos em uma lan house em Santa Elena o participante usa a língua portuguesa, este último dado foi obtido através do diário de campo. A língua falada por Daniel e pelos seus amigos para interação entre eles na escola poderia ser o português, assim como acontece quando estão em território venezuelano, mas, neste caso, possivelmente, a escolha pela língua espanhola tenha o propósito muito mais de identificação do participante como pertencente a um grupo, neste caso ao grupo dos venezuelanos, do que estabelecer a comunicação entre os falantes. Quando Daniel diz “*a gente (...) o pessoal daqui de Santa Elena*” refere-se a ele próprio e aos companheiros brasileiros como sujeitos venezuelanos, entretanto, em outro momento da coleta de registros, na atividade de GF, define, pelo vestuário, a si mesmo e aos amigos como brasileiros, como diferente do outro, sendo este outro o venezuelano. No fragmento abaixo exponho esta última informação:

(...) eu quando eu saio assim é só com os que estudam aqui (em Pacaraima) né só que eles moram lá (em Santa Elena)... porque são todos brasileiros e todos os que eu conheço lá... tudo (é) brasileiro, é difícil eu andar com venezuelano e eu conheço vários só que é difícil porque... até mesmo assim pelo jeito que eles se vestem (inint.) dá até vergonha pelo jeito (...)

Na dinâmica de definir-se ou redefinir-se enquanto sujeito no discurso há um jogo de diferença marcado por uma dada situação e pelos interesses envolvidos no ato da fala, ou seja, num momento Daniel denomina-se como “*a gente*” incluindo-se no grupo dos venezuelanos, noutro usa “*eles*” excluindo-se do grupo. Reitero que essas duas formas de identificar-se enquanto sujeito, de algum modo, estão associadas ao local onde foram coletados os registros, sendo o primeiro termo usado nos depoimentos durante a entrevista em Santa Elena e o segundo nos relatos do GF em Pacaraima. Ao relatar como os colegas brasileiros e venezuelanos reagem à disciplina de espanhol no ambiente escolar Daniel demonstra uma terceira forma de identificação que fortalece ainda mais esse jogo de diferenças:

(...) muitos estrangeiros (os brasileiros) não gostam por ter dificuldade de aprender aí... mas outros já gostam já, praticamente os que moram aqui já gostam.

Na primeira parte do fragmento o participante refere-se aos brasileiros que vivem em Pacaraima como estrangeiros, logo, como diferente dele que é nativo, venezuelano. Analisando essa postura é possível supor que o participante compreenda o sujeito venezuelano em dois tipos de sujeitos: o primeiro refere-se ao indivíduo que nasceu, sempre viveu em Santa Elena e se veste diferente do brasileiro; o segundo indivíduo é de nacionalidade brasileira, que reside em Santa Elena há muito tempo, que fala espanhol, que tem direito ao território venezuelano, que se veste diferente do primeiro tipo de sujeito.

Já no segundo ambiente, no comércio de Santa Elena, a função externa da língua está condicionada, na maioria das vezes, por questões de ordem econômicas prevalecendo o uso do espanhol pelos participantes, como podemos verificar respectivamente nos relatos da Júlia, Daniel e Camila:

Com a minha família eu sempre falo português né uma vez na vida a gente fala uma palavra em espanhol assim né no dia a dia mas é difícil, falo mais o espanhol quando eu vou pegar um taxi daqui pra lá né aí eu falo no caso de eu ir também no supermercado assim aí eu falo também, só nessas ocasião mesmo ou quando alguém liga no meu celular e fala em espanhol aí eu falo né... a procura do meu pai é algum negócio aí eu falo.

(...) no comércio todo tempo o espanhol porque aqui é uma coisa assim se a gente for falar o português eles querem aumentar o preço de tudo, entendeu? aí você tem que chegar lá falando logo o espanhol, porque até pelo jeito que eu me visto eu todo tempo me vesti assim (como) brasileiro, aí eles já sabem já (que é brasileiro), só que como a gente chega falando tudo em espanhol eles não... [aumentam os preços] (...)

(...) como a gente tem mais amigos brasileiros na família que entende o português a gente não fala muito espanhol por exemplo assim a gente só fala espanhol com amigo venezuelano que não entende o português ou quando eu realmente preciso pra comprar alguma coisa más tá falando frequentemente isso não (...)

Os dados acima me permitem supor que os participantes têm a língua espanhola como um “elemento não marcado”, no sentido em que o termo é atribuído na linguística, para as interações no comércio. Dada a circunstância, como afirma Daniel, de que no comércio venezuelano há um aumento no valor das mercadorias vendidas à clientes brasileiros quando a língua para a interação é o português, parece ser obvio para os participantes que haja apenas a possibilidade da escolha da língua espanhola no tratamento com os comerciantes uma vez que o uso da língua portuguesa determinaria a nacionalidade brasileira do cliente e esta, por sua vez, o encarecimento dos produtos.

Quando o participante relata “*aí você tem que chegar lá falando logo o espanhol... porque até pelo jeito que eu me visto eu todo tempo me vesti assim (como) brasileiro*” é possível constatar duas formas de identificação para o participante: a primeira refere-se à forma brasileira de se vestir que representa a identidade brasileira; e a segunda é determinada pelo uso da língua espanhola que representa a identidade venezuelana. É notório que há um jogo de poder entre as duas formas de identificação, onde, embora a vestimenta caracterize Daniel como cliente brasileiro, o uso da língua espanhola na interação com os comerciantes venezuelanos o permite receber tratamento de cliente venezuelano, pelo menos no que se refere aos valores das mercadorias. Conforme em Hall (2006, 2008), Woodward (2000) e Silva (2006, 2008) as características comuns que definem um determinado grupo são resultado de um processo de criação de símbolos, narrativas e mitos que se consolidam representando e definindo a identidade do grupo. Neste sentido, é através da representação que surgem criações e imposições de significados particulares que perpassam por relações de poder não equilibradas. É precisamente o poder que promove o caráter produtivo da representação, permitindo que uma dada situação seja ressignificada a partir de novos critérios de pertencimento moldados de acordo com os interesses da comunidade.

Palavras finais...

Durante a pesquisa, sobretudo, no momento da análise dos dados, partindo da perspectiva de que cultura é uma forma particular de enxergar o mundo e de atribuir sentido para as coisas, pessoas e acontecimentos que o compõe, tentei interpretar as representações dos sujeitos a respeito das línguas e, inevitavelmente, das culturas, aqui em foco, considerando os diferentes olhares de cada participante sobre os diálogos entre venezuelanos e brasileiros na fronteira.

No que diz respeito às línguas consideradas nacionais nos territórios da fronteira, os participantes falam o português e o espanhol, embora usem com mais frequência o português em ambas as cidades. De modo geral o comportamento linguístico dos participantes está condicionado: a) pela função externa da língua marcada por dois ambientes, a escola e o comércio em Santa Elena, onde, neste segundo, o espanhol prevalece; e b) pela necessidade de marcar a diferença, logo, a identidade, nas diferentes situações de interação.

Os dados coletados na pesquisa me permitem a análise de que o indivíduo está localizado em uma escala ponderada pelo peso discursivo que oscila entre a atitude polarizada de avivar e neutralizar a fronteira, marcada por estratégias de proficiência linguística, de identificação nacional e pelo modo de situar-se localmente dos participantes envolvidos na pesquisa, que revelam um sujeito da(na) fronteira composto por uma identidade flutuante, construída através das negociações nas interações sociais a partir da convivência, algumas vezes conflituosa, entre brasileiros e venezuelanos.

Na maioria dos casos, os conflitos apresentados pelos participantes estão marcados muito mais por questões de cunho econômico e cultural do que aspectos propriamente linguísticos. Porém, quando é de interesse dos participantes reivindicarem algum direito, como o território venezuelano ou uma das duas nacionalidades da fronteira, a língua funciona como um símbolo mais forte que qualquer outro no jogo de poder e identificação. Nesse processo de significação outros símbolos, como vestuário brasileiro/venezuelano, escola brasileira/venezuelana, carro com placa venezuelana, tempo de residência em Santa Elena e filhos venezuelanos também são usados pelos participantes. É através da representação dessas marcas que surgem criações e imposições de significados particulares que perpassam por relações de poder não equilibradas permitindo que uma dada situação seja ressignificada a partir de novos critérios de pertencimento moldados de acordo com os interesses da comunidade.

Referências Bibliográficas

- BAUMAN, Zygmunt. *Identidade*. Trad.: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zaha, 2005.
- BRAZ, Evódia de Sousa. *Línguas e identidades em contexto de fronteira Brasil/Venezuela*. 2010. 120f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas –SP, 2010.
- CLIFFORD, James. *Itinerários transculturales*. Barcelona: Gedisa, 1999.
- COUTO, Hildo Honório do. *Linguística, ecologia e ecolinguística: contato de línguas*. São Paulo: Contexto, 2009.
- FREITAS, Débora de Brito Albuquerque Pontes. *A construção do sujeito nas narrativas orais*. In: CLIO Revista de Pesquisa Histórica. Recife – PE: Ed. Universitária da UFPE, 2007.
- GOZÁLEZ, Elena Palmero. *Deslocamento, deslocamento*. In: Bernd, Zilar. Et al. (org.). *Dicionário das mobilidades culturais: percursos americanos*. Porto Alegre: Literalis, 2010. p. 109-127.
- HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-modernidade*. Trad.: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro: 11. ed. Rio de Janeiro – RJ: DP&A, 2006.
- _____. *Quem precisa de identidade?*. In: SILVA, T. T. da. (org.). *Identidade e Diferença: as perspectivas dos estudos culturais*. 8. Ed. Trad.: Tomaz Tadeu da Silva. Petrópolis – RJ: Vozes, 2000. p. 102-133.
- HANCIAU, Nubia. *Entre-lugar*. In: FIGUEIREDO, Eunice. (org.). *Conceitos de Literatura e Cultura*. 2. Ed. Rio de Janeiro: EdUFF, 2010. P. 125-141.
- MELLO, Heloíse Augusta Brito de. *O falar bilíngue*. Goiânia: Ed. da UFG, 1999.
- PESAVENTO, Sandra (org.). *Fronteiras do milênio*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2001.
- RODRIGUES, AryonDall Igna. *Línguas Brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2002.
- SALGADO, Ana Claudia Peters. *Medidas de Bilinguagem: uma proposta*. In: SALGADO, Ana Claudia Peters; SALGADO, Ana Claudia Peters (orgs.). *A Sociolinguística no Brasil: uma contribuição dos estudos sobre línguas em /de contato*. Rio de Janeiro: 7 Letras / FAPERJ, 2009, p. 141-162.
- SANTOS, Adair J. *Estado de Roraima*. In: _____. *Roraima História Geral*. Boa Vista - RR: Editora da UFRR, 2010. p. 323-367.
- SAVEDRA BARRETO Mônica. *Bilinguismo e Bilinguagem: uma nova proposta conceitual*. In: SALGADO, Ana Claudia Peters; SALGADO, Ana Claudia Peters (orgs.). *A Sociolinguística no Brasil: uma contribuição dos estudos sobre línguas em /de contato*. Rio de Janeiro: 7 Letras / FAPERJ, 2009, p. 121-140.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. *A produção social da identidade e da diferença*. In: _____. *Identidade e Diferença*. 8. Ed. Trad.: Tomaz Tadeu da Silva. Petrópolis – RJ: Vozes, 2000. p. 73-102.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. *O currículo como representação*. In: _____. *O currículo como fetiche: a poética e a política no texto curricular*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p.31-69.
- WOODWARD, Kathryn. *Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual*. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidade e Diferença*. 8. Ed. Trad.: Tomaz Tadeu da Silva. Petrópolis – RJ: Vozes, 2000. p. 7-71.

